



**XXIII SNPTTE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

FI/GCR/30
18 a 21 de Outubro de 2015
Foz do Iguaçu - PR

GRUPO – VI

**GRUPO DE ESTUDO DE COMERCIALIZAÇÃO, ECONOMIA E REGULAÇÃO DE ENERGIA - GCR
MULTINACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: RELAÇÕES COM O ESTADO, ESTRUTURAÇÃO DE
INVESTIMENTOS E ELOS COM A INDÚSTRIA ELÉTRICA.**

Thadeu Figueiredo Rocha *
ELETROBRAS

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de analisar a atuação das multinacionais de energia elétrica no Brasil. A investigação utiliza dos arcabouços teóricos da Ciência Política, Relações Internacionais e Economia, adotando linhas relativas ao institucionalismo histórico, capitalismo de laços e lógica de atuação do Estado. O exame sobre a atuação das firmas, investimentos, as fusões e aquisições e os mecanismos de atuação estatal compõem o ambiente de negócios no setor. Este estudo de caso permite compreender os desafios interpostos às grandes empresas de energia elétrica em função de uma maior voracidade de grandes players globais por bons ativos no país.

PALAVRAS-CHAVE

Multinacionais, Estado, Energia.

1.0 - INTRODUÇÃO

O exame das multinacionais de energia elétrica no Brasil pode se dividir em três grandes ciclos: dos primórdios até a compra da Amforp e Light pela Eletrobras (1º ciclo), as privatizações nos anos 90 (2º ciclo) e o modelo setorial da Lei 10848/2004 (3º ciclo). A evolução institucional do setor elétrico apresenta momentos distintos em relação à atuação do Estado, preços, lógica competitiva e perfil do investimento.

2.0 - CICLOS DE ENTRADA DE MULTINACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO BRASILEIRO

Em 1899, ocorreu a instalação da primeira grande empresa de energia elétrica do país, a São Paulo Tramway, Light & Power Company Ltd., criada em Toronto, Canadá, com capital norte-americano e canadense. Além das empresas estrangeiras, as atividades pioneiras no setor concentravam-se nas iniciativas de industriais e administrações municipais.

Em 1905, foi criada a Rio Tramway, Light & Power Company Ltd, na cidade do Rio de Janeiro. A criação da holding do Grupo Light só foi feita em 1912. Outras empresas estrangeiras também iniciaram suas atividades em cidades como Manaus, Recife e Belém do Pará. A internacionalização de empresas guardava interface e sinergia operacional com os fabricantes de equipamentos e bens de capital para uso no setor.

A entrada do grupo American & Foreign Power Company, em 1927, traz um grande *player* de energia para o país. Do ponto de vista operativo, as primeiras décadas do século XX são caracterizadas pela expansão de sistemas

(*) Av. Presidente Vargas, 409 - 15º andar – CEP 20.071-003 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel: (+55 21) 2625 2032 – Email: thadeu@eletrobras.com

elétricos independentes, concentrados nos grandes centros urbanos do Sudeste, que representavam 80% da capacidade instalada (Pinto Jr, 2007).

Em 1934, foi promulgado o Código de Águas, que redefiniu o regime jurídico das águas e das concessões, reforçando o papel da União. Outra grande ação do Estado no setor foi a criação da CHESF, fim dos anos 40, como instrumento de política econômica e energética regional.

Szmrecacsanyi in Lobo (2008) aponta que, nos anos 40, a Light detinha 50% da capacidade instalada de geração no país, a Amforp detinha 20%, enquanto os outros 30% eram pulverizados entre mais de 1300 pequenas empresas regionais e municipais. As empresas estrangeiras tinham enorme capacidade de influência sobre os caminhos do setor, grande força na arena legislativa e diplomática e suscitavam reações dos movimentos nacionalistas.

Os anos 50 se iniciam com a criação de importantes companhias de energia, com destaque para a Cemig (1952) e Copel (1954). A criação da Eletrobras, proposta em 1954, foi finalizada em 1962. Neste intervalo, foi criada Furnas, com uma modelagem público-privada inovadora envolvendo diversos acionistas (1957).

A criação do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras impõem novos paradigmas para o setor elétrico. Em 1966, a Eletrobras adquire as empresas do Grupo Amforp e, em 1979, adquire a Light, encerrando este primeiro ciclo de multinacionais de energia elétrica no país.

Nos anos 80, os governos Thatcher (1979), Reagan (1981) e Khol (1982) fortalecem as políticas de cunho liberal-conservadora. No plano doméstico, a crise da dívida, a democratização, a inadimplência intra-setorial, os choques heterodoxos de combate a inflação e a Constituição interferem nos rumos do setor elétrico e na sustentabilidade da Eletrobras.

O segundo ciclo de entrada de multinacionais de energia elétrica no país tem início com o processo de privatizações nos anos 90. Do ponto de vista de formatação institucional, foi constituído o Programa de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, RE-SEB, a cargo do consórcio inglês Coopers & Lybrand.

As privatizações devem ser analisadas utilizando o instrumental analítico do “capitalismo de laços”. Lazzarini (2011) define o capitalismo de laços como um emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos, no qual o uso das relações serve para explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesse.

No caso do setor elétrico, vale destacar que a participação nos certames envolveu a formatação de laços entre grupos privados domésticos (bancos, fundos de investimento, consumidores eletro-intensivos, empreiteiras, holdings diversas), empresas estrangeiras (sobretudo da área de energia), entidades controladas pela União (BNDES, BNDESPar e Previ), além da participação do Estado na modelagens da venda dos ativos.

Após as privatizações, houve uma intensa troca e venda de participações acionárias entre os diversos grupos econômicos. As privatizações propiciaram a entrada de grandes multinacionais no mercado brasileiro, tais como a Iberdrola e Endesa (Espanha), Energia de Portugal, Duke Energy, AES e Southern Energy (EUA), etc. O movimento no Brasil foi contemporâneo a privatizações na infra-estrutura de diversos países latino-americanos.

Na década de 90, o Brasil privatizou 119 empresas estatais, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em receitas e a transferência para o setor privado de dívidas públicas no montante de US\$ 16,6 bilhões. Este montante faz com que a privatização brasileira (setor elétrico, telecomunicações, instituições financeiras, ferrovias, siderurgias, outros) se tornasse das maiores do mundo. Para se ter uma idéia, até 1997, as receitas totais com as privatizações ocorridas em todos os países da OCDE somavam US\$ 153,5 bilhões (Pinheiro, 1999).

Outra grande mudança dos anos 90 residiu na aprovação de legislação que permitiu a formação de consórcios entre concessionários e autoprodutores. Na estrutura de propriedade das usinas licitadas pela ANEEL de 1997 a 2002, os consumidores eletrointensivos responderam por 47% do total. No ano de 2001, o Governo Federal decretou um forte racionamento de energia nas principais regiões do país.

No primeiro mandato do Presidente Lula, a agenda setorial residia na necessidade de novas reformas institucionais. O Novo Modelo Institucional, definido nas leis 10.847/04, 10848/04 e Decreto 5163/04, alicerçaram-se nos seguintes pilares: segurança do suprimento, modicidade tarifária e universalização do acesso.

O novo contexto propiciou um novo ciclo de entrada de multinacionais de energia elétrica, em virtude da sistemática de expansão da geração e transmissão via leilões reversos, da busca de economias de escala dos agentes, sinergias operacionais no segmento de G-T-D, da janela de oportunidade do programa de incentivo as fontes alternativas (Proinfa), da viabilidade econômica das eólicas pós Proinfa, dos projetos estruturantes na Amazônia Legal e das possibilidades sinérgicas para empresas de gás que atuam no setor elétrico. Adicionalmente, cabe destacar as reverberações no Brasil oriundas de fusões e aquisições em diversas partes do mundo e da expansão e diversificação de negócios das empresas privatizadas nos anos 90.

As SPEs também permitiram uma rápida penetração de multinacionais no mercado local, seja através de parceiras em consórcios exclusivamente privados, seja em parceria com empresas do Sistema Eletrobras, controladas pela União. Chama a atenção a entrada das multinacionais chinesas (State Grid e China Three Gorges), alemã (E.ON), italiana (ENEL), espanhola (Abengoa), dentre outras. Outra janela se abre em função dos leilões das concessões de energia elétrica que não foram renovadas a partir da Lei 12783/2013.

3.0 - POLÍTICA ENERGÉTICA E PAPEL DO ESTADO

Os efeitos da política energética podem impactar o fluxo de investimentos, a sistemática de financiamento, a matriz energética, a formação de políticas industriais, o ambiente competitivo, as opções tecnológicas, o mercado de capitais, a sociedade e o meio ambiente.

A política energética é um construto essencialmente político, marcada por concepções e visões do mundo que conquistam uma posição hegemônica em determinados momentos; fruto do embate de ideias acerca do futuro e da melhor maneira de alcançá-lo, e da sua legitimação nas diversas instâncias de representação e decisão política. (Bicalho, 2007).

No caso do setor elétrico brasileiro, é extremamente pertinente o instrumental analítico do institucionalismo histórico haja vista as inflexões de rota, as reformas, as metamorfoses de atuação do Estado e funcionamento do mercado ao longo do tempo.

No que concerne à construção da política energética não é possível apontar um modelo único de referência na indústria elétrica mundial, uma vez que existe ampla diversidade na construção histórica, econômica, política, social e da infra-estrutura dos diversos países. Vale frisar os riscos associados à mera reproduzibilidade de modelos genéricos.

A discussão conceitual sobre as premissas norteadoras da política energética também guarda íntima relação com os campos teóricos do pensamento econômico que norteia determinadas ações governamentais.

A complexidade do setor elétrico brasileiro faz com que seja necessária uma robusta estrutura de coordenação, na qual torna-se importante a visualização das condições de natureza técnica e econômica. Vale dizer que diversos países desenvolvidos, em diversos momentos da sua história econômica, adotaram posições híbridas em relação ao papel do Estado, transcendendo uma análise binária entre Estado Empresário e Estado Regulador. No pano de fundo, a política energética é influenciada por estas “visões de mundo”.

Especificamente em relação à interface com as multinacionais, o Estado Brasileiro se caracterizou por uma posição mais liberal dos primórdios do setor até o Código das Águas (1934), uma atuação empresarial mais nacionalista a partir criação da Chesf (1948), a constituição de uma base tributária mais robusta ao longo do Governo Vargas (início dos anos 50), o projeto e a discussão da grande estatal brasileira no setor - Eletrobras (1954-62), o fortalecimento subsequente do Estado Empresário, a influência da Escola Superior de Guerra pós 1964, a compra de empresas estrangeiras (anos 60/70), a fragilidade econômica nos anos 80, os ajustes e privatizações dos anos 90 e os novos caminhos a partir de 2004.

4.0 – FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO SETOR ELÉTRICO

A compreensão do ambiente de negócios do setor elétrico exige necessariamente uma reflexão sobre as formas de atuação do Estado. Esta atuação se dá de forma abrangente, percorrendo os papéis de regulador, planejador, acionista controlador de grandes empresas, articulador de relações com outros Estados Nacionais, detentor de banco de fomento, acionista controlador de grandes bancos comerciais (Caixa, BB), garantidor de recursos (Tesouro Nacional), órgãos de controle, dentre outros.

Além disso, a posição acionária da União em empresas que possuem fundos de previdência com grandes recursos e carteira de investimentos, caso do fundo da Caixa (FUNCEF), Banco do Brasil (PREVI) e Petrobras (PETROS) confere ao Estado a influência na análise de projetos de grande porte. Algumas formas desta atuação estão na Figura 1.

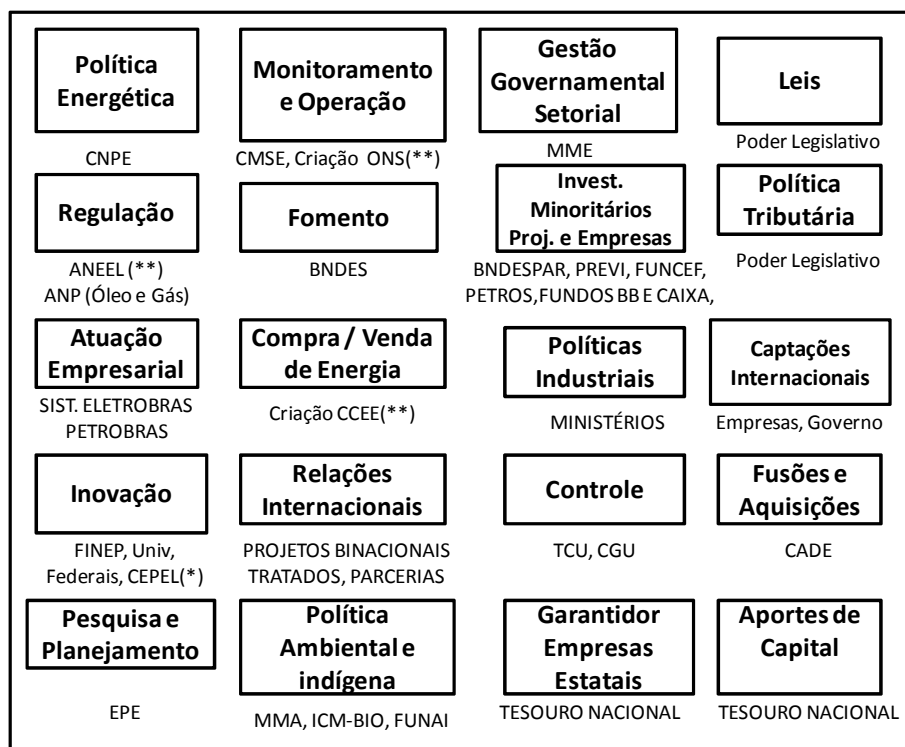


Figura 1: Formas de Atuação Direta ou Indireta, Abrangente ou Limitada do Estado em temas de interesse do setor elétrico.

Fonte: Elab. Própria

(*) O Centro de Pesquisa traz contribuições para a empresa e para o país.

(**) Estado como proponente de instituições importantes para o setor elétrico.

De forma resumida, o conjunto de instrumentos de atuação do Estado no setor elétrico é importante para viabilizar a expansão da infra-estrutura energética na quantidade e na velocidade necessária, disponibilizar recursos em um setor altamente intensivo em capital, operacionalizar parcerias público-privadas em negócios de geração e transmissão, articular elementos da política energética, planejamento e inovação, além de contribuir com o escopo do modelo setorial.

Em relação à interface com as multinacionais de energia elétrica, o Estado pode influenciar nas parcerias com empresas controladas pela União em território nacional e em terceiros mercados, no desenvolvimento de empreendimentos binacionais, transferência de tecnologia, desenvolvimento da cadeia de fornecedores (política industrial seletiva), acesso a recursos financeiros, viabilidade econômica de fontes de energia, regras de conteúdo local, etc.

Aráujo (2009) destaca que as estatais são atores fundamentais para a operacionalização de parcerias público-privadas direcionadas à infra-estrutura, na medida em que constituem braços de atuação do governo para viabilizar empreendimentos que tenham uma importância estratégica para o desenvolvimento econômico do país, seja em relação a novos projetos (green field) e ampliações de projetos (brown field).

Outra forma importante de atuação do Estado reside na atuação do BNDES. Martini (2014) destaca que os bancos de desenvolvimento diferem entre si em função da estrutura de propriedade, mandatos, mecanismos de funding (dispondo de depósitos do público ou não), setores e clientes atendidos (abrangência versus focalização), atuação dos empréstimos em operações diretas e indiretas, preços dos produtos, sistemas de regulação, supervisão, governança, padrões de transferência, porte das empresas atendidas, carteira de microcrédito, montante dos recursos, promoção das exportações e investimentos em outros países.

No setor elétrico, houve um crescimento expressivo das operações de Project Finance, que tem as seguintes características: criação de SPE, constituição diferenciada de garantias na fase de implantação, cessão de ações e constituição de contas-reserva, contas-movimento e contas centralizadoras de recebíveis na fase de operação (Siffert Filho 2010:216).

Enquanto as operações no âmbito do Corporate Finance levam em conta a abordagem tradicional de concessão de crédito e análise de garantia; o Project Finance se concentra no fluxo de receitas como fonte prioritária de recursos para atender o serviço da dívida. O volume de desembolsos foi fundamental para que o Brasil, de 2003 até meados de 2014, aumentasse a capacidade instalada do seu parque gerador em cerca de 62%. De 2003 a 2013, o BNDES aprovou crédito para operações no setor elétrico que perfazem R\$ 235 bilhões, sendo a parcela de financiamento aproximadamente 60% do total.

Tabela 1: Operações do Setor Elétrico com Crédito Aprovado 2003 a 2013

Segmento	Capacidade (MW)	Nº de Projetos	Financiamento BNDES (R\$ Mil)	Investimento Previsto (R\$ Mil)
1. Geração	47.236	237	100.029.813	165.494.449
Hidrelétricas	33.301	48	64.964.556	103.909.436
Eólicas	4.912	45	13.543.302	23.418.918
Termelétricas	4.816	12	6.473.025	13.935.083
PCH	2.364	118	7.701.782	12.138.049
Nuclear	1.405	1	6.146.256	10.488.029
Biomassa	438	13	1.200.892	1.604.934
2. Transmissão	28.801 km	104	19.885.395	37.502.711
3. Distribuição		84	17.555.616	32.506.462
4. Racionalização		20	140.579	211.713
TOTAL		445	137.611.403	235.715.335

Fonte: BNDES

Outra forma de obter recursos para os investimentos reside na emissão de debêntures de infra-estrutura. O valor ainda não é muito expressivo, mas já evidencia que o mercado de capitais está assimilando esta nova modalidade.

5.0- NEGÓCIOS E PERSPECTIVAS DE MULTINACIONAIS ATUANTES NO BRASIL.

A partir dos anos 90, o mercado brasileiro de energia elétrica sofreu significativas transformações. Levantamentos feitos pela KPMG apontam que de 1994 até 1º sem 2014, já ocorreram no Brasil mais de 462 transações societárias entre as companhias energéticas.

Em relação as empresas espanholas, chama atenção a participação da Abengoa em negócios de transmissão, da Iberdrola no segmento de distribuição (compra da Elektro e participações importantes em distribuidoras do Nordeste), geração, transmissão e comercialização.

As operações da China Three Gorges com a Energia de Portugal têm alterado as composições societárias dos empreendimentos da empresa portuguesa no Brasil, cabendo destacar a compra de participação nas UHEs Cachoeira Caldeirão e Santo Antônio do Jari, via subsidiária integral CWEI Brasil. Além disso, a Energia de Portugal, em parceria com Furnas (EDP, 67%, e Furnas, 33%) venceram o leilão da UHE São Manoel de 700 MW de capacidade.

A China Three Gorges – CTG e a CWEI Brasil Participações assinaram Acordo de Cooperação Estratégica com a Eletrobras e a Eletrobras Furnas visando à cooperação na implementação de projetos eólicos e de fonte solar no Brasil e na China, estudos sobre novos projetos hidrelétricos no Brasil e atividades de pesquisa & desenvolvimento (P&D). Concomitantemente, a empresa assinou com Furnas acordo de cooperação para a disputa do Leilão da UHE São Luiz do Tapajós (PA-6.133 MW).

A State Grid adquiriu a linha de transmissão que conectará a UHE Teles Pires no SIN, venceu o o leilão de parte do linhão de Belo Monte (investimento previstos de R\$ 4,4 bilhões) em parceria com Furnas e Eletronorte e se configura num grande player no segmento de transmissão do Brasil. A State Grid Corporation of China e Eletrobras assinam Acordo de Cooperação para o Projeto de Transmissão UHV Belo Monte no Brasil.

Em relação as empresas francesas, a EDF tem demonstrado interesse em novos ativos no Brasil com destaque para a participação nos leilões das usinas do rio Tapajós. Em 2006, a empresa vendeu 79,6% do capital social da Light para o consórcio Rio Minas Energia formado por Cemig, Andrade Gutierrez e outros (R\$ 694 milhões em 2006). A GDF Suez adquiriu 20% nos blocos 2 e 3 de gás natural na Bacia do Parnaíba da Vale, possui grandes

hidrelétricas na carteira (Jirau -3.750 MW) e amplia sua atuação no mercado de gás arrematando blocos no recôncavo baiano em parceria com a Petrobras. A empresa tem intenção de construir rede de térmicas no Nordeste.

A Enel Green Power (EGP), empresa italiana, possui 20 plantas hidrelétricas em território brasileiro e 283 MW de capacidade em projetos eólicos e tem demonstrado interesse em novos negócios no país.

A E-ON entra no mercado brasileiro através da *joint venture* com o empresário Eike Batista na empresa ENEVA (a ENEVA tem um parque gerador de 2,4 mil MW de térmicas a gás e a carvão). No mundo, a E-ON possui 63 mil MW instalado (corresponde a metade do parque gerador brasileiro).

Além destas operações, chama atenção a força AES (EUA), controladora da AES Brasil (14,6% do market share de distribuição e 3% da capacidade instalada de geração), da Endesa (Espanha) controladora da Endesa Brasil (8% do market share de distribuição e 1% da capacidade instalada de geração), da norte-americana Duke Energy (empresa entrou no Brasil em 1999 e tem 2.241 MW instalados), dentre outras.

As grandes empresas nacionais também ampliam os movimentos de consolidação do setor, cabendo destacar as operações da Cemig e da CPFL.

6.0 CONCLUSÃO

Este artigo pretendeu discutir a atuação histórica das multinacionais de energia elétrica no Brasil e apontar algumas perspectivas. Chama atenção o crescimento expressivo de movimentos de fusões, aquisições e transações societárias entre companhias desde 1994. O crescimento da demanda sinalizada no PDE 2023 e Cenário 2050 indica inúmeras oportunidades e ameaças para as empresas.

As grandes empresas devem estar atentas a boas oportunidades de mercado, rentabilidade e cronograma de suas operações, estruturação de parcerias estratégicas, diversificação dos negócios, exploração de sinergias entre os segmentos de geração e comercialização, busca de economias de escala, aprimoramento da governança, gestão regulatória e de SPEs, atuação no campo da ecopolítica (Convenções do Clima) e geopolítica (o Banco dos Brics trará oportunidades para elétricas do setor), capacitação e valorização dos seus recursos humanos, responsabilidade social e ambiental e construção de um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo

7.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Araújo, Wagner Frederico Gomes de. As estatais e as parcerias público-privadas: o Project Finance como estratégia de garantia de investimentos em infra-estrutura e seu papel na reforma do Estado Brasileiro. Prêmio DEST Monografias. Brasília, DF, 2009.
2. Bicalho, Ronaldo, et alli. Ensaio sobre a política energética: coletânea de artigos do boletim INFOPETRO. Grupo de Economia da Energia UFRJ – RJ: Interciência: IBP, 2007.
3. Lazzarini, Sergio G. Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
4. Lobo, Eulália Maria Lahmeyer, Levy, Maria Bárbara. Estudos sobre a Rio Light: relatório de pesquisa – RJ: Instituto Light / Centro Memória da Eletricidade no Brasil, 2008. 692 p.
5. Martini, Ricardo. Financiamento do investimento e o papel dos bancos de desenvolvimento na perspectiva pós-keynesiana: uma resenha bibliográfica. Revista do BNDES, junho 2014.
6. Pinheiro, Armando Castelar. Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando? em Giambiagi, Fábio et alli. A economia brasileira nos anos 90. 1ª edição. – RJ: BNDES, 1999.
7. Pinto Jr, Helder Queiroz et all. Economia da Energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
8. Siffert Filho, Nelson. A expansão da Infra-Estrutura no Brasil e o Project Finance em O BNDES em um Brasil em transição / Ana Cláudia Além, Fabio Giambiagi. RJ: BNDES, 2010.

DADOS BIOGRÁFICOS



Nome: Thadeu Figueiredo Rocha

Naturalidade: Belo Horizonte/MG

Nascimento: 10/04/1977

Graduação: Economia (UFMG, BH/MG, 2002), Administração de Empresas (UNA, BH/MG/2003)

Pós Graduação: Especialização em Economia e Gestão da Energia (IE/COPPEAD, 360 h/a, RJ/RJ, 2006), Mestrado em Ciência Política (PPGCP/UFF, Niterói/RJ, 2011), MBA Executivo de Liderança e Gestão de Estatais (Uniceub, 420 h/a, 2012), Doutorando em Ciência Política (PPGCP/UFF, Niterói/RJ, previsão de defesa de tese no segundo semestre de 2015).

Experiência Profissional: Estágio de Nível Superior na Cemig (2001/02), Analista Nível Superior da Eletrobras (a partir de 2003 até os dias atuais), primeiro representante dos empregados eleito e reeleito para o Conselho de Administração da Eletrobras holding (2012 a 2014), integrante do Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração da Eletrobras (2013/2014). Experiência profissional na Diretoria de Engenharia da Eletrobras (2003 a 2014) e na Diretoria de Regulação (a partir de 2014 até os dias atuais).